



A PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Roberto Leal Lobo e Silva Filho

A história da pós-graduação, enquanto atividade acadêmica com programas, cursos, disciplinas, regulamentações, etc. é um fenômeno que vem da segunda metade do século. OS EUA foram os pioneiros nesta organização, devido a dois fatores: sua liderança econômica e tecnológica mundial, que se consolidou após a segunda guerra, e a intensa massificação do ensino de graduação, fenômeno que nos EUA precedeu fato semelhante ocorrido na Europa.

A falta de uma formação sólida nos programas de graduação americanos aliada à necessidade de produção em massa de cientistas e engenheiros geraram a escola americana de pós-graduação, com a estrutura de cursos seguida do treinamento em pesquisa orientado, de perto, por um cientista experiente.

A Europa manteve-se, ainda por décadas, no sistema mais tradicional e artesanal de formação pós-graduada, em que o estudante tinha mais autonomia, a seqüência de cursos era menos organizada e a orientação de tese mais distante. Na França, por exemplo, havia o programa do doutorado de estado, onde a grande tese era a sua culminância, que levava mais de sete anos, e outro programa, o discutido doutoramento do terceiro ciclo, mais rápido, massificado e formativo, que acabou não suprimindo as necessidades nacionais, mas ambos criaram as bases para o novo projeto francês, muito próximo do americano, sem dúvida o mais bem sucedido do mundo, se levarmos em conta o binômio qualidade / quantidade.

A necessidade de aumentar a sua própria competitividade fez com que a Europa se aproximasse cada vez mais do modelo americano, que já vinha sendo copiado no Brasil, desde o final da década de 60.

O modelo americano dá mais ênfase relativa ao processo de formação e à figura do orientador do que o antigo sistema europeu, adotado no Brasil antes da reforma universitária. Na USP, até o início da década de 70, o mestrado não era reconhecido como título para promoção docente e o doutorado exigia somente a aprovação de duas disciplinas de pós-graduação da área de atuação e uma tese que era defendida para banca de cinco membros, dois externos à unidade, numa verdadeira batalha entre banca e candidato. Não havia necessidade de orientador.

A implantação da pós-graduação como programa organizado e de massa (relativa), gerou um novo grau de ensino, o quarto. Regulamentado, autorizado ou acreditado, passou a ser parte das expectativas de formação completa de um profissional, ainda que a graduação, no Brasil, assegure o exercício profissional.

Se a graduação dá direito ao exercício profissional, a pós-graduação aprofunda conhecimentos, elevando o conhecimento de conteúdo do profissional e/ou treina-o para tarefas não cobertas na graduação, como o uso de técnicas e tecnologias mais modernas e refinadas, treinamento em projetos e em pesquisa tecnológica ou científica.

O doutorado passou a ser o programa, por excelência, de formação de pesquisadores, enquanto o mestrado foi visto como iniciação à pesquisa, para a formação complementar da graduação para o exercício profissional em um grau superior e mais abrangente que a especialização ou para a formação mais sofisticada do professor de segundo e terceiro graus.



Nos países mais avançados, que contam com intensos programas, a pós-graduação forma profissionais para atuarem como pesquisadores e professores nas universidades, pesquisadores para os centros de pesquisa e para as grandes organizações altamente competitivas que precisam conhecer o "estado da arte" em sua área de atuação para o desenvolvimento ou atuação diferenciada de profissionais.

Nos países industrializados esta última atividade é a que absorve mais pesquisadores, gerando uma forte demanda por este tipo de qualificação profissional.

No Brasil, no entanto, o esforço de formação pós-graduada stricto sensu é quase toda absorvida nos quadros docentes das universidades e, em menor escala, nos institutos governamentais de pesquisa e nas empresas. Além disso, é na pesquisa básica que o Brasil tem mais força e organização. A falta de uma política indutora de pesquisa em outros segmentos teve, também, sua responsabilidade neste quadro, que se reflete em uma política de financiamento que toma como base mais a qualidade individual do pesquisador e do grupo e a aceitação internacional dos resultados do que da prioridade da área numa política de desenvolvimento.

O mercado muito restrito à área acadêmica põe em risco as perspectivas de emprego para os pós-graduados. Situação semelhante ocorreu no mundo mais industrializado por outro motivo (recessão dos anos 70) e levou à criação de algumas políticas de proteção destes profissionais, como ocorreu nos EUA com a criação das bolsas de pós-doutores, que permitiram a contratação destes profissionais a custos mais baixos por não haver encargos, nem estabilidade.

O pós-doutorado foi incorporado em nossos programas de formação abrindo um mercado temporário de trabalho.

Complementarmente, vimos surgir políticas de exigências de titulação em todos os níveis, motivadas, quem sabe, pelas mesmas razões e pressionando fortemente as instituições brasileiras de ensino superior, principalmente no setor particular, despreparado para esta absorção.

Se há uma grande demanda por emprego, por parte dos pós-graduados, há perspectivas de escassez de oferta qualificada de novos postos de trabalho porque:

- falta capacidade de investimento nas instituições públicas (universidades e centros de pesquisa) para efetuar novas contratações;
- faltam recursos para aumentar significativamente o número de bolsas de pós-doutorado e mesmo se houvesse, não há previsão da existência de empregabilidade;
- faltam projetos e recursos para fixação de docentes doutores em instituições particulares, com perspectivas de uma carreira atraente e projeto institucional que aponte para apoios futuros ao desenvolvimento individual na área de pesquisa;
- falta financiamento para a pesquisa no setor particular, por escassez de recursos governamentais, além de eventuais preconceitos contra o setor e
- há pouca pesquisa competitiva no setor empresarial que necessite dessa mão de obra altamente qualificada.

A pós-graduação é o caminho natural para uma universidade de pesquisa, porque faz parte da estrutura de funcionamento dos grupos de pesquisa a necessidade de formação de recursos humanos, por meio de uma natural divisão de trabalho, onde um grupo se estrutura com pesquisadores seniores, juniores, pós-doutores, doutorandos, mestrandos e estudantes de iniciação científica. O fluxo de jovens pesquisadores é essencial para a sobrevivência destes grupos.



Podemos verificar que as universidades mais voltadas à pesquisa, com corpo docente mais qualificado e que desfrutam de maior prestígio, têm sucesso na graduação, até por serem mais procuradas e, conseqüentemente, mais seletivas.

No entanto, é importante verificar que um bom curso de graduação nas áreas profissionais não necessita estar situado numa universidade de pesquisa nem ser ministrado, em sua maioria, por professores doutores, nem mesmo, possuir pós-graduação *stricto* ou *lato sensu* nas áreas correspondentes a seus cursos de graduação.

Além disso, o custeio para a pesquisa significa, por grupo, em média, excluídos salários, está entre cem e duzentos mil reais / ano, com variações de área para área e os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, por sua relação aluno / professor orientador, normalmente deficitário.

Diante disso, é oportuno que se estabeleça alguns princípios:

- a pós-graduação *stricto sensu* só é o caminho natural para as universidades de pesquisa, pelas necessidades internas dos grupos de pesquisa. Ela exige linhas de pesquisa bem estabelecidas, que precedam a implantação da pós-graduação, o que exige planejamento de longo prazo e investimentos;
- a pós-graduação *stricto sensu* típica é voltada às pesquisas científicas, portanto, ligadas às áreas básicas do conhecimento onde residem os paradigmas científicos;
- nas áreas profissionais não há tradição de dedicação integral e exclusiva de docentes, nem de pesquisa básica, no Brasil, ou no mundo. Assim, muitos programas americanos de doutoramento (Ph. D.) de docentes em áreas de saúde, são feitos nas áreas básicas de Biologia. Por isso, os mestrados e mesmo os doutorados têm caráter mais formativo de complementação e estudo sistemático de um tema e não exigem a formação de grupos de pesquisa, principalmente nas áreas de sociais aplicadas, podendo ser implantados sem custos excessivos. São muito semelhantes aos que se esperaria de um mestrado profissional.

Na verdade, o mestrado profissional nestas áreas difere mais na orientação que nas características do corpo docente, uma vez que é mais voltado ao exercício profissional no mercado externo à universidade. Se o pós-graduando nestas áreas não tiver, também, um treinamento docente, não há muita diferença entre aos dois mestrados.

- instituições menores, normalmente, não deveriam criar pós-graduação *stricto sensu*, e, se criarem, devem escolher as áreas profissionais;
- a própria CAPES, em seus critérios de credenciamento e avaliação, tende, aos poucos, a exigir dessas áreas profissionais resultados e procedimento semelhantes às das ciências básicas.

É importante que se diga às IES particulares que a pós-graduação *stricto sensu* nas instituições públicas, por estar formando profissionais pesquisadores para as próprias universidades, com orientadores dessas mesmas instituições, vem se transformando em um programa de atendimento às necessidades destes últimos, enquanto fornecedor de mão de obra barata e qualificada para a execução de pesquisas que promovem seus orientadores em suas carreiras acadêmicas.

Assim, eles preferem os estudantes recém formados, em tempo integral, interessados em prosseguir seus estudos para o doutorado ou pós-doutorado, e afastam os profissionais mais velhos, que não pode dedicar-se em tempo integral, que não pretende prosseguir além do título específico. Por isso, os programas ficam muito seletivos, porque este segmento atinge seus objetivos sem necessitar de muitos estudantes. Esta situação é profundamente desfavorável ao setor particular.



Cabe ao setor particular, portanto, desenvolver estratégias contemplando:

- a contratação de doutores já formados, que é mais barato e evita endogenia;
- a capacitação de seu pessoal em programas de pós-graduação externos à IES;
- a decisão, ao implantar a pós-graduação *stricto sensu* para atender ao MEC, de priorizar áreas mais profissionais e
- a priorização da pós-graduação *lato sensu* e da extensão, como atividades muito mais voltadas à sua missão, características e capacidade de financiamento.

Artigo inserido no site em novembro de 2000